

A negociação com os governadores

A decisão do presidente João Figueiredo de intervir pessoalmente no processo de escolha dos candidatos a governador configura a única ação concreta que o Palácio do Planalto conseguiu definir desde que a rejeição da sublegenda modificou radicalmente o panorama político-partidário no país. O presidente Figueiredo, que tem mantido uma intensa agenda de encontros e conversas em sua residência, pediu a seus auxiliares um levantamento dos principais nomes do PDS em todo o país, com base nas pesquisas de opinião, para atuar junto aos governadores no sentido de que os candidatos escolhidos sejam aqueles considerados "bons de voto".

As instruções do presidente Figueiredo, que retornará nesta semana ao Palácio do Planalto, configuram um sério risco na diretriz anteriormente traçada de o governo não interferir no processo de escolha dos futuros governadores. A idéia, contudo, baseava-se na possibilidade de o Palácio indicar seus próprios candidatos através da sublegenda, não havendo necessidade, naquele caso, de entendimentos com o governador de Estado.

A rejeição do projeto de lei que institua a sublegenda mudou tudo. Mais que isso modificou o tecido político das relações internas dentro do partido do governo, pois os governadores, que controlam as convenções estaduais, assumiram a responsabilidade da indicação solitária de seus sucessores. A indicação será feita à convenção estadual mas quem vai eleger, através do voto direto e secreto, é o povo. Nada indica, porém, que o indicado do governador seja um candidato com efetivas chances de vitória.

É neste ponto que reside o receio governista de perder as eleições por causa de eventuais idiosincrasias dos governadores. Mas ocorre que o Planalto, escalado nas lições de 1978, já havia decidido não mais interferir, direta e ostensivamente, na escolha dos chefes dos executivos estaduais. Por esta razão, a decisão do presidente Figueiredo busca uma espécie de ponto intermediário entre o processo de escolha autoritária pelo Planalto e o atual em que o autoritarismo do governador é exercido somente até a convenção do PDS.

O ministro Danilo Venturini, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, está colecionando informações originárias de pesquisas de opinião pública, de relatórios dos serviços de inteligência e simples recortes de jornal para ajudar a formar a convicção do presidente da República sobre quem serão os mais votados, do partido do governo nos estados. Mas, mesmo de posse de todos os dados e informações, o presidente sabe que seu poder de influir será menor que em 1978 — embora desta vez sua taxa de risco seja infinitamente maior.

Estas conclusões, que são de assessores bem situados no Palácio do Planalto, apontam na direção do momento oportuno para realizar as gestões junto aos governadores. O presidente fixou o mês de março como a época para iniciar a campanha eleitoral, portanto durante os meses de janeiro e fevereiro deverão ser decididos em todos os estados do país os candidatos oficiais aos governos. Mas se o Planalto agir antes da definição correrá o risco de assumir o ônus de uma escolha eventualmente desastrosa. Se agir após a definição não terá meios para intervir no processo.

O que se pensa, na Presidência da República, é estabelecer logo após o retorno do general Figueiredo ao Planalto uma série de pontes de entendimento com os governadores, cujo objetivo imediato será o de levar a eles um recado simples: o partido continuará a ser comandado de Brasília, embora os governadores possam ter maior área de atuação em seus respectivos estados. Está em jogo, portanto, o momento adequado de fazer a gestão, pleno conhecimento de que os atuais governadores terão seus candidatos e será difícil demovê-los da idéia de apoiar seus escolhidos.

Esta é a única definição de um processo eleitoral que se tornou indefinido menos por decisão neste sentido que pela perplexidade que tomou conta do governo depois de sucessivos embaraços verificados, na aplicação de sua estratégia. A sublegenda caiu, a eleição em dois turnos é idéia morta. Restam especulações sobre medidas draconianas como vinculação total de votos, reapresentação de projeto instituindo sublegenda, mas, na verdade, não há mais tempo. Se o governo federal decidiu, como afirmam os assessores do presidente, que até março os candidatos do PDS deverão ser conhecidos, a reforma eleitoral é esta que aí está. Além desta colcha de retalhos restará apenas o remendo da lei de propaganda eleitoral e mais nada.

Um importante parlamentar, com livre acesso ao presidente da República, comentava semana passada que o esforço para manter um PDS grande e forte tinha muito a ver com a política de abertura. "Mas, perguntava, vale a pena ter um partido grande e forte exclusivamente à custa de casuísmos?"

André Gustavo Stumpf